

Justiça retoma processo da ANEEL sobre concessão da Enel em SP

Decisão libera tramitação sobre falhas no serviço e possível perda da concessão

A Justiça Federal em Brasília revogou a liminar que suspendia o andamento do processo administrativo conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) contra a Enel São Paulo, permitindo a retomada imediata da tramitação.

O procedimento avalia a prestação de serviços da concessionária e pode resultar, ao final, na caducidade da concessão de distribuição de energia elétrica Região metropolitana de SP.

A decisão judicial restabelece a análise técnica e regulatória do caso, que investiga o cumprimento de obrigações contratuais da Enel e indicadores de desempenho da empresa, especialmente diante de episódios recentes de interrupção no fornecimento de energia. A caducidade, prevista em contrato, é a penalidade mais severa e pode implicar a perda do direito de operar o serviço na Grande SP.

Ao derrubar a suspensão, a Justiça Federal entendeu que não houve irregularidades no andamento do processo administrativo e que foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Também foi destacado que não houve deliberação final por parte da diretoria colegiada da agência reguladora, o que reforça o caráter ainda em curso da apuração.

Outro ponto considerado na decisão foi a inclusão de eventos



Reprodução

Pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro

climáticos recentes como parte da análise. Segundo o entendimento judicial, esses episódios podem servir como parâmetro para avaliar, na prática, a capacidade de resposta da concessionária, sem configurar desvio de finalidade no processo.

O Correio da Manhã publicou nos últimos dias que o Ministério Público Federal (MPF) também se manifestou contra a tentativa da Enel de interromper o andamento da apuração. Em parecer enviado à Justiça Federal, o órgão defendeu a conti-

nuidade do processo e apontou risco ao interesse público caso a investigação seja suspensa.

Posicionamento

O posicionamento do MPF foi apresentado no âmbito de um mandado de segurança movido pela concessionária, que buscava anular atos do processo administrativo e tentava impedir o avanço da análise dentro da ANEEL. A empresa também tentava suspender os efeitos de manifestações já registradas em todo o procedimento.

No documento, o Ministério Público argumenta que a interrupção da apuração pode gerar prejuízos à população, especialmente diante de indícios de falhas na prestação do serviço. Entre os pontos citados estão a demora no restabelecimento de energia após interrupções, principalmente em eventos climáticos extremos, além de elevados tempos de atendimento e recorrência de falhas prolongadas.

O órgão também destacou que ainda há etapas a serem cumpridas no âmbito admi-

nistrativo e que a tentativa de judicialização antecipada pode comprometer o andamento regular do processo. Segundo o parecer, algumas decisões individuais dentro da agência reguladora não representam o resultado final, que depende de deliberação colegiada.

Suspender investigação

Outro argumento apresentado é o chamado “perigo da demora reverso”. Para o MPF, suspender a investigação pode manter a população exposta a um serviço considerado inadequado, com possíveis impactos na rotina, na segurança e em atividades econômicas.

Além disso, o Ministério Público sugeriu que o caso seja remetido à Justiça Federal em São Paulo, onde já tramita uma ação civil pública relacionada ao tema. A medida, segundo o órgão, evitaria decisões conflitantes e permitiria uma análise conjunta das questões envolvendo o contrato da concessionária.

Ministério Público

A manifestação do MPF acompanha posicionamentos já apresentados por entes públicos que defendem a continuidade da apuração até sua conclusão. O processo segue em análise na ANEEL e ainda não há decisão final sobre eventuais sanções ou medidas a serem adotadas.

Comissão do Jockey escuta arquiteta sobre denúncia

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Jockey Club de São Paulo ouviu, nesta terça-feira (24), a arquiteta Ana Marta Ditolve, diretora da Ambiência Arquitetura e Restau-

O colegiado apura possíveis irregularidades fiscais e imobiliárias, além da gestão de débitos, uso de potencial construtivo e eventual omissão de órgãos.

A empresa foi mencionada em reportagens que indicam a realização de quatro projetos de restauração no local, com valores estimados em cerca de R\$ 1 milhão. Durante o depoimento, Ditolve afirmou que mantém relação profissional com o Jockey há cerca de uma década, mas sem contrato direto com instituição.

Segundo ela, os serviços foram executados para empresas locatárias de espaços dentro do complexo ou vinculados a projetos financiados por incentivos culturais. A arquiteta



Colegiado investiga regularidade fiscal e imobiliária

também declarou não ter firmado contrato formal para a elaboração de projetos no Hipódromo Cidade Jardim e negou ter recebido valores.

A depoente afirmou que tentou contato com o Jockey Club para esclarecer informações, sem retorno, e se comprometeu a apresentar à CPI

registros dessas tentativas.

Vereadores avaliaram a possibilidade de uso indevido do nome da profissional e sugeriram medidas para apuração policial e eventual registro de ocorrência. Os parlamentares aprovaram a prorrogação dos trabalhos da CPI por mais 120 dias.

Finanças terá debate sobre jornada 6x1

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (25), a realização de uma audiência pública para discutir os impactos da escala de trabalho 6x1 na capital. A reunião analisou cerca de 20 itens, entre projetos de lei e requerimentos voltados a diferentes áreas da administração pública.

O pedido de audiência foi apresentado pela vereadora Keit Lima (PSOL) e propõe um debate sobre os efeitos desse modelo de jornada no orçamento municipal da capital. Estudos mencionados no documento indicam que cargas de trabalho prolongadas podem estar associadas ao aumento de exaustão entre trabalhadores, com possíveis reflexos em gastos públicos, especialmente em saúde mental e afastamentos por questões psicológicas também.

Durante a reunião, vereadores também destacaram a influência do tempo de deslocamento na rotina dos trabalhadores da cidade. A avaliação é que longos períodos de transporte, somados à jornada de trabalho, impactam diretamente a qualidade de vida da população e devem ser considerados na discussão.

Outro requerimento aprovado solicita informações à Secretaria Municipal de Esportes sobre o cronograma de ações voltadas à prática esportiva para pessoas idosas, além de esclarecimentos sobre eventuais mudanças no financiamento dessas políticas.

A comissão ainda deu parecer favorável a projetos de lei, incluindo proposta que autoriza convênio para aquisição de tornozeleiras eletrônicas em casos de violência doméstica e outra que prevê novas estratégias de combate ao mosquito Aedes aegypti.